

# DIFICULDADES E LIMITAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: DEFASAGEM ENTRE O DISCURSO IDEOLÓGICO E PRÁTICA EFETIVA

\* Jorgina Maria da Silva

## RESUMO

*Pretendo focar neste trabalho as dificuldades e limitações dos movimentos sociais enquanto defasagem entre discurso ideológico e prática efetiva, a partir das tensões no interior das lutas coletivas frente ao contexto latinoamericano, sintetizadas por Fernando Calderón.*

## INTRODUÇÃO

O eixo pelo qual perpassa este estudo é o contexto lingüístico do ato da fala, enquanto forma de ação. Entretanto abordo suscitadamente aspectos que fazem parte desta problemática condicionante na prática social. A qual é um obstáculo aos avanços no quadro conjuntural sócio-político, para viabilizar modificações que venham atender as demandas sociais das classes excluídas socialmente.

A preocupação aqui não se limita a um estudo sociológico, enquanto classificação e análises propriamente ditas do contexto social, devido a exigüidade do tempo para o comprimento da tarefa e pela extensão do assunto, o qual requer aprofundamento por excelência. Mas, apenas indicação do viés por onde passará a continuidade deste trabalho. Uma vez que tal "matriz" está inserida no contexto da investigação aliada às lutas dos trabalhadores rurais, que vem sendo desenvolvida, enquanto projeto de estudo e pesquisa à elaboração da dissertação de mestrado.

Contudo, este trabalho virá contribuir no processo de reflexão sobre a prática dos movimentos sociais e simultaneamente aguçar minha consciência para novos indicadores às implicações do ato da fala, como mediadoras na dimensão conjuntural, enquanto processo de práxis social.

A defasagem entre o discurso ideológico e prática efetiva, portanto, será caracterizada parcialmente, isto é, em forma de manifestação e reflexos na conjuntura social dos movimentos sociais.

Tal caracterização é realizada pelas leituras preliminares sobre a realidade dos movimentos sociais, bem como pela experiência profissional enquanto Assistente Social, junto às organizações comunitárias e em menor escala no contexto rural em relação ao urbano.

A problemática do estudo gira em torno da relação tripartida didaticamente, entre Movimentos Sociais, consciência social/relações sociais e discurso.

O discurso aqui priorizado no tocante a linguagem, enquanto forma de ação no dizer de (AUSTIN 1990:11) e enquanto ideologia no dizer de (CHAUI 1981:3) a qual é "um corpo sistemático de representações e de normas que nos "ensinam" a conhecer e a agir. Definição esta consubstan-

\* Assistente Social, Mestranda em Metodologia do Serviço Social na PUC/RS

# DIFICULDADES E LIMITAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: DEFASAGEM ENTRE O DISCURSO IDEOLÓGICO E PRÁTICA EFETIVA

\* Jorgina Maria da Silva

## RESUMO

*Pretendo enfocar neste trabalho as dificuldades e limitações dos movimentos sociais enquanto defasagem entre discurso ideológico e prática efetiva, a partir das tensões no interior das lutas coletivas frente ao contexto latinoamericano, sintetizadas por Fernando Calderón.*

## INTRODUÇÃO

O eixo pelo qual perpassa este estudo é o contexto lingüístico do ato da fala, enquanto forma de ação. Entretanto abordo suscitadamente aspectos que fazem parte desta problemática condicionante na prática social. A qual é um obstáculo aos avanços no quadro conjuntural sócio-político, para viabilizar modificações que venham atender as demandas sociais das classes excluídas socialmente.

A preocupação aqui não se limita a um estudo sociológico, enquanto classificação e análises propriamente ditas do contexto social, devido a exigüidade do tempo para o comprimento da tarefa e pela extensão do assunto, o qual requer aprofundamento por excelência. Mas, apenas indicação do viés por onde passará a continuidade deste trabalho. Uma vez que tal "matriz" está inserida no contexto da investigação aliada às lutas dos trabalhadores rurais, que vem sendo desenvolvida, enquanto projeto de estudo e pesquisa à elaboração da dissertação de mestrado.

Contudo, este trabalho virá contribuir no processo de reflexão sobre a prática dos movimentos sociais e simultaneamente aguçar minha consciência para novos indicadores às implicações do ato da fala, como mediadoras na dimensão conjuntural, enquanto processo de práxis social.

A defasagem entre o discurso ideológico e prática efetiva, portanto, será caracterizada parcialmente, isto é, em forma de manifestação e reflexos na conjuntura social dos movimentos sociais.

Tal caracterização é realizada pelas leituras preliminares sobre a realidade dos movimentos sociais, bem como pela experiência profissional enquanto Assistente Social, junto às organizações comunitárias e em menor escala no contexto rural em relação ao urbano.

A problemática do estudo gira em torno da relação tripartida didaticamente, entre Movimentos Sociais, consciência social/relações sociais e discurso.

O discurso aqui priorizado no tocante a linguagem, enquanto forma de ação no dizer de (AUSTIN 1990:11) e enquanto ideologia no dizer de (CHAUI 1981:3) a qual é "um corpo sistemático de representações e de normas que nos "ensinam" a conhecer e a agir. Definição esta consubstan-

\* Assistente Social, Mestranda em Metodologia do Serviço Social na PUC/RS



O segundo caracterizado pela ruptura da exclusividade às lutas de classes - burguesa e proletária -. Mas, pela expressão de uma identidade de classes situadas a margem do sistema de produção, portanto dos setores excluídos na sociedade (capitalista) nos países subdesenvolvidos ou em via de desenvolvimento, segundo (KÄRNER 1987:21) onde deparamos "em sua maior parte, com trabalhadores empobrecidos, com capacidade de reprodução nula ou insuficiente. Este processo de pauperização é acompanhado do surgimento de formas de trabalho e subsistências, que apenas raramente assumem o caráter de produtoras de mais valia". Inserida a essa classe, nos novos movimentos sociais, no meu entender estão frações de classes dos países industrializados, onde segundo (KÄRNER 1987:21) "nos encontramos, em sua maioria, com trabalhadores explorados mas capazes de reproduzir-se, mas perceptíveis à consciência das degradantes implicações sociais, decorrentes do avançado processo de industrialização, que põe em risco a vida da humanidade, seja a nível local ou mundial. Razão esta que estimula os novos movimentos sociais expandirem-se a nível mundial.

Metodologicamente falando, em relação aos novos movimentos sociais, há uma necessidade intrínseca nos novos movimentos, em extrapolar sua visualização sobre a realidade local inerente, deslocando-se para seu exterior, de forma a captar e entender seu reflexo em si mesmo e as consequências sociais que o afetam e o desencadeiam. Como exemplo temos os movimentos pacifistas: ecológico, feminista e outros.

Situo as características e posturas dos movimentos sociais, conforme (VIOLA e MAINWARING 1987-109-10) onde "no universo dos movimentos sociais dedicados à promoção de mudança política, diferenciamos entre os novos movimentos sociais e os antigos", a partir dos seus valores.

"Os novos movimentos orientam-se por critérios de afetividade, relações de expressividade, orientações comunitárias e organização horizontal". O que é possível observar, a relação de tais características com as necessidades desenvolvidas, pelas sociedades industrializadas, cujas tecnologias invadiram não só o mercado, mas o conforto dos lares, ocasionando o esvaziamento da natureza humana. Logo, a busca intensiva para o suprimento destas necessidades vitais, ainda e somente encontradas pela troca afetiva entre os seres humanos.

"Os antigos movimentos distinguem-se por privilegiarem objetivos materiais, relações instrumentais, orientações para com o Estado e organização vertical". Já, aqui nos é possível observar a ligação arcaica ao autoritarismo e à submissão de um poder centralizado e materializado seja no estado, ou pelo domínio material da posse.

Para (VIOLA e MAINWARING 1987:159-61) a postura dos movimentos sociais envolve ênfase na democracia participativa, apesar de os movimentos por vez caírem em "padrões políticos tradicionais ou têm líderes que se identificam com os partidos da esquerda autoritária ou do liberalismo tradicional". Acredito ser esta queda, em função dos condicionantes sociais que historicamente se fazem presente, os quais enfocarei posteriormente.

Os movimentos sociais para (GUTIÉRREZ 1987:201-02) possuem três campos diferentes de desenvolvimento: todo movimento social possui estrutura participativa, como decorrência de sua própria finalidade e experiência de organização e de luta; todo movimento social tem sua própria temporalidade, definida em grande parte por sua ação frente ao sistema de relações históricas, e os movimentos sociais se desenvolvem de modo unilateral e heterogêneo no espaço, em função do desenvolvimento desigual da consciência, da organização e da economia de uma localidade ou região determinada.

O segundo caracterizado pela ruptura da exclusividade às lutas de classes - burguesa e proletária -. Mas, pela expressão de uma identidade de classes situadas a margem do sistema de produção, portanto dos setores excluídos na sociedade (capitalista) nos países subdesenvolvidos ou em via de desenvolvimento, segundo (KÄRNER 1987:21) onde deparamos "em sua maior parte, com trabalhadores empobrecidos, com capacidade de reprodução nula ou insuficiente. Este processo de pauperização é acompanhado do surgimento de formas de trabalho e subsistências, que apenas raramente assumem o caráter de produtoras de mais valia". Inserida a essa classe, nos novos movimentos sociais, no meu entender estão frações de classes dos países industrializados, onde segundo (KÄRNER 1987:21) "nos encontramos, em sua maioria, com trabalhadores explorados mas capazes de reproduzir-se, mas perceptíveis à consciência das degradantes implicações sociais, decorrentes do avançado processo de industrialização, que põe em risco a vida da humanidade, seja a nível local ou mundial. Razão esta que estimula os novos movimentos sociais expandirem-se a nível mundial.

Metodologicamente falando, em relação aos novos movimentos sociais, há uma necessidade intrínseca nos novos movimentos, em extrapolar sua visualização sobre a realidade local inerente, deslocando-se para seu exterior, de forma a captar e entender seu reflexo em si mesmo e as consequências sociais que o afetam e o desencadeiam. Como exemplo temos os movimentos pacifistas: ecológico, feminista e outros.

Situo as características e posturas dos movimentos sociais, conforme (VIOLA e MAINWARING 1987-109-10) onde "no universo dos movimentos sociais dedicados à promoção de mudança política, diferenciamos entre os novos movimentos sociais e os antigos", a partir dos seus valores.

"Os novos movimentos orientam-se por critérios de afetividade, relações de expressividade, orientações comunitárias e organização horizontal". O que é possível observar, a relação de tais características com as necessidades desenvolvidas, pelas sociedades industrializadas, cujas tecnologias invadiram não só o mercado, mas o conforto dos lares, ocasionando o esvaziamento da natureza humana. Logo, a busca intensiva para o suprimento destas necessidades vitais, ainda e somente encontradas pela troca afetiva entre os seres humanos.

"Os antigos movimentos distinguem-se por privilegiarem objetivos materiais, relações instrumentais, orientações para com o Estado e organização vertical". Já, aqui nos é possível observar a ligação arcaica ao autoritarismo e à submissão de um poder centralizado e materializado seja no estado, ou pelo domínio material da posse.

Para (VIOLA e MAINWARING 1987:159-61) a postura dos movimentos sociais envolve ênfase na democracia participativa, apesar de os movimentos por vez caírem em "padrões políticos tradicionais ou têm líderes que se identificam com os partidos da esquerda autoritária ou do liberalismo tradicional". Acredito ser esta queda, em função dos condicionantes sociais que historicamente se fazem presente, os quais enfocarei posteriormente.

Os movimentos sociais para (GUTIÉRREZ 1987:201-02) possuem três campos diferentes de desenvolvimento: todo movimento social possui estrutura participativa, como decorrência de sua própria finalidade e experiência de organização e de luta; todo movimento social tem sua própria temporalidade, definida em grande parte por sua ação frente ao sistema de relações históricas, e os movimentos sociais se desenvolvem de modo unilateral e heterogêneo no espaço, em função do desenvolvimento desigual da consciência, da organização e da economia de uma localidade ou região determinada.



No meu entender esses três campos, em que se desenvolvem os movimentos não se bastam em si. Mesmo porque em função da desigualdade de consciência ocorrem focos fragmentados de lutas coletivas, quando não local, mundial, e que estrategicamente são manipuladas pelo poder dominante no interior das sociedades. Tal processo pode ser exemplificado pelo conflito internacional em relação ao Iraque, Kuwait e demais países. Estando em jogo os interesses centrados, ao poder dominante, estabelecidos pela convergência de forças em que vigora a direção estatal. Tal poder participa das relações sociais, envolvendo-se tal como explicita (GUTIÉRREZ 1987:212) "não apenas como ator em processos produtivos e reprodutivos, mas como regulador de processos político-culturais mais amplo".

Já, os movimentos sociais apesar de inseridos nas relações sociais, tal qual o Estado, não se estabelecem, em função da própria debilidade das formas como vem se desenvolvendo. Diante dessa realidade os movimentos sociais limitam-se a meros "expectadores".

Esse campo para o desenvolvimento de fato, dos movimentos sociais é uma incógnita constituída devido a rede do processo ideológico discursivo, que se sobrepõe, desfalcando a participação popular.

## CONSCIÊNCIA SOCIAL / RELAÇÕES SOCIAIS

Consciência social é aqui entendida conforme (PODOSSERNIK e SPIRKINE 1975:110), enquanto "conjunto das concepções políticas, jurídicas, morais, artísticas, filosóficas e religiosas, bem como dos conhecimentos científicos numa sociedade".

Segundo os autores, essa variedade de formas da consciência social se explica dada a diversidade de aspectos múltiplos na vida. "Quando a vida muda, a consciência muda também. Novas opiniões e novas idéias aparecem e entram em conflito com as velhas idéias que fizeram o seu tempo".

A consciência social, apresenta a particular característica de "poder atrasar-se em relação à mudança das condições de vida como antecipá-la e ler no futuro".

O desenvolvimento da consciência social é permeado pelo processo de relações sociais. Aqui não limitada a eixo das relações produtivas, embora decorrente dela, mas à correlação de forças sociais estabelecidas, a partir de expressões simbólicas desencadeadas pela ideologia, na diversidade múltipla da vida, caracterizada pela consciência social. Perpassando o viés político das relações sociais inerentes estão, segundo (SOUZA 1988:69), "os sentimentos, afeto, paixão, ou seja, expressões psicológicas e existenciais".

Neste sentido demarco as relações sociais indissociáveis de sua representação pelo discurso.

## DISCURSO

O discurso é aqui entendido como viés da teoria da linguagem, que denota valores representativos da cultura, logo do contexto social.

Em (MARIETTI-KREMER 1977:42) "...Les Mots et les Choses (As palavras e as coisas), as "coisas" em si aparecem muito pouco e mesmo assim não inteiramente em sua realidade concreta, não há nada de espantoso, sendo dado o projeto epistemológico de Michel Foucault, sendo dado (sic) sobretudo que as "coisas", em consequência de toda cultura, se encontrem derivadas no discurso, (pelo menos só se tem consciência daquelas que são dizíveis no discurso, e aí "dizíveis" deve-se entender não somente no

sentido de "lingüísticamente dizíveis, mas também dizíveis" segundo as convenções", "segundo o conformismo", segundo o que é preciso dizer e não dizer" – e nessas restrições de conveniência estão em jogo relações de forças sócio-econômicas, pois "não se deve dizer" o que aqueles que dominam não querem ouvir: Nietzsche e Marx estão, diante disso, longamente explicados) e, paralelamente, na própria ação, ou seja, no trabalho e na vida (mas pode-se constatar que o que "se faz" deve ser "dizível", embora o que "não se faz" se faça também, entretanto, e não é dizível e não é dito)".

Essa idéia de constatar o que se faz "dizível", embora o que "não se faz" também se faça e não é dizível e dito, perpassa pelas relações sociais, onde ocorre a formação de consciência individual e coletiva.

Em tais relações sociais o pensamento e a linguagem que veicula pode conduzir um discurso libertador, no sentido de apropriar-se sobre o conhecer do mundo, despertando uma consciência crítica que possibilite identificar a realidade social, ou ser opressor como se observa pelos condicionantes do comportamento social nos homens, pela reprodução de ideologias, sempre dissolvida nos vários dizeres, que confundem o entendimento humano.

Segundo Jacques Texier, citado por (MARIETTI-KREMER 1977:43) o pensamento é para Marx 'uma forma específica de atividade de apropriação do mundo pelo homem, cujas outras formas são a arte, a religião, o espírito prático'. ...Marx reconhece essa apropriação teórica como uma atividade, e seu produto como uma reprodução mental do real no pensamento, mas essa apropriação 'não é transformação do seu objetivo real'. De fato para Marx 'o todo, tal como aparece no espírito como uma totalidade pensada, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo da única forma que lhe é possível, de uma forma que difere da apropriação desse mundo pela arte, a religião e o espírito prático'. Esse processo de apropriação não deixa de necessitar do emprego de certas 'práticas teóricas', até mesmo de uma 'prática científica; reconhecida ou não'.

O pensamento faz parte do movimento para a apreensão do conhecimento sobre a realidade via decodificação do discurso, este perpassado por regras próprias das práticas teóricas. Michel Foucault, (MARIETTE-KREMER 1977:43), toma para si a tarefa de esclarecer justamente essas regras próprias das práticas teóricas e "mostra dessa maneira que (...) no próprio discurso, se pode medir o que são as 'coisas' efetivamente para aqueles que dominam o discurso das coisas. De qualquer maneira sempre será necessário que um discurso nos revele as 'coisas': as 'coisas' nos aparecem conscientemente no discurso. Mesmo que elas sejam sentidas, sem poderem ser ditas, no trabalho e na vida a 'tomada de consciências' passa necessariamente pela sua designação, e portanto pela sua identificação e enunciação no discurso.

Assim, (MARIETTI-KREMER 1977:44) "essa mediação necessária do discurso torna possível, em seguida, a própria ação de 'transformação' das coisas ou pelo menos, no caso provável onde a transformação ativa precedeu a enunciação da transformação, permite o reconhecimento das coisas operadas inconscientemente pelo homem. E essa realidade das coisas só significa para nós 'alguma coisa' quando a traduzimos e introduzimos no discurso; se a prática nos coloca numa situação de fato, ainda devemos fazer a teoria prática para compreender até onde ela levou, e para, em seguida, realmente 'mudar o mundo'".



Logo, na lacuna da apreensão da realidade pelo "dizível" e não "dizível" ocorrem os confrontos sociais, que fragmentam a forma de desenvolvimento da prática social pelos sujeitos sociais, interlocutores, à ela aliados.

Portanto é pertinente ficar atento à relação do circuito da linguagem, intrínseca à consciência social a qual dinamiza o movimento de práxis. Neste sentido faz-se necessário considerar aqui a conceituação de Marx e Engels citada por (MARIETTE-KRAMER 1977:44) em que linguagem – é a consciência real, prática, existente tanto para os outros homens como ainda para mim mesmo e, assim como a consciência, a linguagem só aparece com a necessidade, a exigência do comércio com os outros homens.

É necessário enfocar o quanto as relações sociais cambiam a linguagem como instrumento condicionante do comportamento social, em prol do estabelecimento das forças produtivas.

Enquanto rede das relações sociais aparece o discurso ideológico que segundo (CHAUÍ 1981:3) "é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica da identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante".

Assim essa máscara que perpassa o discurso ideológico visando universalizar a classe dominante, passa a ser uma condicionante dos comportamentos sociais, motivo pelo qual retarda o avanço político dos movimentos sociais, no sentido de transformação política, que garanta os anseios das classes excluídas na sociedade.

Essa universalização da classe dominante se processa por um discurso tecnocrático/burocrático que esvazia as condições sócio-políticas do agir nos movimentos sociais, nas lutas coletivas. Ou seja, partindo da premissa – dizer é fazer e pensar é agir, vejo a seguinte condicionante social:

**DIZER:** expressa um sentido concreto, sobre uma realidade concreta, enquanto forma de ação que comunica o fazer;

**FAZER:** Ordena de forma técnica, a execução de uma ação;

**PENSAR:** Organiza idéias em função de uma decisão do agir;

**AGIR:** Executa ações com objetivos de modificar a realidade, em função de uma decisão política, que dá direção quanto ao projeto sócio político.

Percebo que a não interrelação desses movimentos escamoteia o discurso ideológico.

Ao prender-se ao mero dizer/fazer perpassa um discurso lacunar, discurso este que segundo (CHAUÍ 1981:3) não pode ser preenchido, pois é o que sustenta seu ser ideológico.

Tal discurso ideológico mantém-se através do dizer/fazer pelas práticas institucionais condicionantes e num vazio de conexão política aliada aos interesses das classes excluídas, no âmbito societal.

O fazer tecnocratizante e burocrático aparece aí como um discurso praticista e sem direção aos olhos populares, nos dois sentidos da compreensão do termo, tanto sem direção às camadas excluídas no contexto social, como pela ausência de percepção popular sobre esse discurso, cuja direção política dominante está camuflada pelas práticas instituídas.

Dá a importância de articular no interior dos movimentos sociais, a interrelação do movimento dizer/fazer aliado ao pensar/agir, de tal forma que viabilize uma prática social coosequente.

Neste sentido é importante ressaltar o caráter dicotômico, apesar de considerado mecanicista pelo próprio autor (MACHADO DA SILVA 1989:6), "às relações entre o real-fático e o discurso sobre ele". Pois sem a percepção dessa relação, muito dificilmente desenvolver-se-á uma consciência social libertadora das opressões condicionantes ao comportamento social.

Assim, para o entendimento da dinâmica social dos movimentos sociais, bem como das ações individuais inseridas nestes, perante o contexto conjuntural, enfatizo a valorização da visão de Austin (SOUZA FILHO 1990:10 In: AUSTIN) sobre o "paradigma teórico que considera a linguagem como ação, como forma de atuação sobre o real, e portanto de constituição do real, e não meramente de representação ou correspondência com a realidade. Em decorrência, dá-se a passagem para um segundo plano do conceito de verdade, (...) que corresponde precisamente à garantia de adequação entre linguagem e realidade...".

Tal paradigma expõe uma confrontação, no meu entender, que obriga a emergência de conflitos não apenas via discursiva, mas cuja implicação prática recai na alteração do comportamento dos sujeitos envolvidos no processo de transformação sócio-político.

## **CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE AS DIFICULDADES E LIMITAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

A partir das categorias apresentadas neste referencial construído, realizo considerações iniciais a respeito das dificuldades e limites dos movimentos sociais em relação a defasagem entre discurso ideológico e prática efetiva, frente o extensivo campo por onde se desenvolvem os movimentos sociais, qual seja, relações sociais, nas quais se processam as tensões das lutas sociais.

Tais tensões são caracterizadas por CALDERON:

- Democracia: Verticalismo e autoritarismo dentro do próprio movimento.
- Valorização da diversidade societal X tendência ao reducionismo e a monopolização da representação.
- Autonomia frente o Estado e Partidos X Heteronomia, clientelismo e dependência (paternalismo).
- Busca de formas de cooperação, autogestão em relação ao sistema produtivo do grupo X dependência estatal e sistema produtivo capitalista.
- Emergência de novos valores de solidariedade de reciprocidade e comunitarismo X individualismo, lógica de mercado e competição.

Os movimentos sociais, enquanto forma organizativa interfere nas relações sociais, assim como estas interferem nos movimentos sociais.

Tal interferência se move dialeticamente pela conexão direta do discurso, através da linguagem que simultaneamente veicula uma postura ideológica.

O discurso e seu conteúdo age como condicionante em relação à pessoa e/ou sujeito social, este entendido como o participante da práxis no contexto social.

O discurso interfere na constituição da consciência individual das pessoas, esta manifestada pela ação nas práticas sociais, que por sua vez procede a articulação da consciência social nas relações sociais.



Os cinco aspectos levantados, por Calderón, como tensões no interior do movimento, fazem parte desta rede de relações sociais desencadeada pelo processo político-histórico no Brasil, tal como na América Latina em seu todo e demais países. Cada qual com processos diferenciados em função das características espaço-temporal que o determinaram, logo, o “desenvolvimento” do padrão de vida.

A linguagem institucionaliza a comunicação social tal qual as práticas sociais.

O real-fático da realidade social no cotidiano aparece de forma difusa, uma vez que a linguagem não é transparente e dicotomiza-se na ação dos sujeitos sociais. Portanto, via essa comunicação dicotômica que se viabilizam os desencontros sociais, inclusive nas lutas coletivas no interior da própria organização popular, tal qual das forças sociais externas a elas.

O processo político, enquanto dominância ou não do poder de decisão social, é camuflado pela linguagem, linguagem esta como instrumento catalizador da direção do projeto social popular.

O discurso canaliza o estabelecimento de condições sociais tanto quanto o é, aqui os condicionantes são considerados como comportamentos sociais de reação e contra-reação dos sujeitos sociais.

Os condicionantes sociais geralmente são expressões impostas pelo Estado, este como autoridade máxima em relação a direção da nação e mediador do sistema capitalista que por sua vez eximi a participação popular. São eles:

a) Participação da população via política partidária:

Os partidos políticos são forma institucionalizada, logo reconhecida perante o regime estatal, para fazer política e viabilizar a direção da nação, frente a sociedade civil. Motivo que leva os movimentos sociais a correrem por esse canal, para modificação do contexto social.

A apropriação dos movimentos sociais ao partido, ou estabelecendo um partido é um recurso imposto pelo aparelho estatal, portanto um resquício da condicionante postura de regime vigente.

A consciência individual e coletiva das organizações populares/movimentos sociais vive esse impasse de estar articulado ao partido e/ou construir um partido que os represente, por ser esta uma condição de participação social, para definição política dos rumos, quanto às soluções da problemática social que influi na vida cotidiana do povo. Eis a replica imposta pelo modelo de estado à população, instituindo-se assim este condicionante ao comportamento social. Sim, pois o dispositivo constitucional, que reza a participação do povo, através de projeto popular com base de 5% da população à anuência deste, não justifica sua aprovação a nível de Câmara, tendo em vista a correlação de forças existente. Mesmo porque essa forma burocrática de encaminhamento das propostas populares é mais uma forma de retardar atendimento às solicitações reivindicadas, como ao mesmo tempo pode desviar a atenção popular sobre outros acontecimentos políticos à nível nacional e mesmo internacional.

b) Instituição jurídica e a norma burocrática:

A burocracia estatal impõe às organizações populares seu registro cartorial, para viabilizar encaminhamento de reivindicações, independente do nível se de consumo coletivo ou não, seja associações de moradores, sindicatos, etc.

Este condicionante social, trava as lutas sociais perante o Estado, em função da própria dinâmica do trâmite legal dos encaminhamentos de reivindicações, tanto quanto a própria legitimação hierárquica das funções de divisão de tarefas, na estrutura organizacional das entidades. Divisão essa que delega atribuições individualizadas de responsabilidades, que ao mesmo tempo é uma forma de galgar poder entre os participantes das organizações e de eximir a participação, em maior escala da comunidade afetada pelas problemáticas sociais.

Aqui aparece outra reprodução do verticalismo e do autoritarismo, agora a nível micro, no interior de determinadas organizações populares, onde a democracia participativa não se faz enquanto uma prática em exercício, porém limita a expansão dessas micro organizações populares ao movimento social propriamente dito.

c) Apropriação do discurso institucional, pelo sujeito social, em contra partida ao desconhecimento de si próprio e do contexto social:

O sujeito social desconhece a si próprio e ao contexto do qual faz parte, de forma a se apropriar de um discurso, cuja linguagem institucionaliza suas ações e nas próprias organizações da qual fazem parte. Motivo este, que desencadeia desencontros nas relações sociais em prol da direção de projeto político que atenta realmente as necessidades sociais vigentes. Isto significa que a falta de compreensão sobre seu desempenho numa organização popular/movimentos sociais e das próprias circunstâncias que mediatizam as políticas itinerantes, levam estes sujeitos à uma participação social simbólica. Em virtude da apropriação do discurso que circula, seja via aparelhos de Estado ou por qualquer outro tipo de informação do saber erudito.

Apesar de ser tal participação o início do convívio nas lutas coletivas pelos sujeitos sociais, é vagarosa sua inserção, pois somente a prática constante deste nos movimentos e organização popular é que vai desmistificar-se as regras do jogo, que o envolve.

Entender a linguagem não significa a tradução de símbolos linguísticos, mas a apreensão do significado das ações políticas por ela perpassadas.

Assim, somente com uma consciência crítica dos sujeitos é que as lutas coletivas podem expandir-se, numa dimensão não fragmentada da prática. Uma vez que as atividades deste, têm em primeira instância a articulação de recursos imediatos para sua manutenção no cotidiano.

Tal condição desvia a participação dos sujeitos, nas lutas coletivas, cuja sua percepção para visualização de seus problemas limita-se nele mesmo, não contextualizando a problemática numa esfera mais abrangente na sociedade.

Esse bloqueio, vem entre outras variáveis, em função dos próprios valores culturais (forma de vida) incorporado e impostos pela condição de vida, daqueles inseridos no poder dominante. Valores este que neutralizam o saber popular. Ficando essa fração da sociedade excluída e marginalizada.

d) Submissão e clientelismo:

Esse ranso de submissão ao qual o povo se reduz, está também ligada às diferenças culturais, mencionada anteriormente, em relação ao padrão de vida do poder dominante.

Submissão esta aliada à necessidade de clientelisticamente receber em parcas condições, serviços que "supram" suas necessidades imediatas, seja pelos aparelhos de Estado, Igreja, ou mesmo da própria sociedade civil.



O assistencialismo e a filantropia ao mesmo tempo que submete a população à precariedade de vida, ainda proporciona uma acomodação social. Oportunizando assim, às pessoas limitarem-se à uma visão em relação aos problemas sociais, centralizada nelas mesmas.

Nas organizações populares percebe-se essa prática, por exemplo, em relação às associações de moradores. Aqui tanto a diretoria ou membros destas participam de apoio ao processo político eleitoral, como cabos eleitorais. Forma essa que viabiliza troca de favores em pequena escala a nível individual ou mesmo comunitário. Outro exemplo é a prática da entrega de tiques de leite, pelas próprias associações. Cujas entidades passam a funcionar como mão de obra barata, administrando a prestação de serviço social, também clientelisticamente, onde os beneficiados são aqueles que estabelecem determinadas pressões internas. Portanto critérios de seleção não são levados em consideração.

Desta forma o Estado fomenta sua "atenção", perante as carências sociais e ao mesmo tempo perpassa a reprodução da barganha interna, nas entidades, tal qual se passa no interior do Estado em instâncias diferenciadas.

Os condicionantes sociais aqui mencionados demonstram os bloqueios do comportamento social, logo, da consciência individual, para expansão de uma visão mais abrangente quanto à apreensão do contexto político-ideológico, em relação às posições do Estado, partidos e da própria dinâmica dos movimentos sociais.

A linguagem institucionalizada é veiculadora do trânsito dessas idéias, perante as classes populares, desmobiliza a ascensão de ações coletivas, pela subjugação por parte do Estado e quando não dos próprios partidos, quanto aos interesses das organizações populares.

Tal reprodução se faz via o bloqueio da comunicação, onde os próprios condicionantes sociais expressos nas relações sociais, através da linguagem, não são decodificados a ponto de impor posturas de contra-reação, no caso das práticas coletivas, via movimentos sociais.

Os movimentos sociais despontam de um embrião, onde maior parte dos participantes estão iniciando a caminhada e os modelos democráticos pela prática popular vividos anteriormente, foram apagados pelo regime estatal/64. Portanto só resta caminhar com as próprias pernas, respeitando o crescimento gradativo a libertação destes limites impostos.

O pensar/agir começa a florescer a partir das próprias experiências desenvolvidas pelas organizações populares, a partir dos seus primeiros passos. Modificando assim sua postura, decorrente da percepção sobre a realidade que o cerca, a nível político/administrativo apresentado pela nação.

O caminhar ainda incipiente deve fazer uma sustentação de base que articule novos movimentos sociais, sustentação essa não apregoada pelo dizer/fazer tecnocrático/burocratizante que esvaziou o contexto das lutas sociais, mas num pensar/agir que se constroe, onde há cunho de direção política, em primeira instância de libertação das amarras condicionantes do estado, bem como dos valores culturais por ele direta e indiretamente instituídos. Buscando assim, novas formas de vida que associe a garantia do bem estar da humanidade. Por esta instância perpassam a emergência da construção de novos valores em contra partida à glória individualista e de competição de mercado, bem como a identificação de nova gestão de sistema produtivo, independente da mediação estatal.

No entanto, essa busca trilha pela superação dos obstáculos discursivos que camuflam a rede de conflitos nas relações sociais.

A superação dos obstáculos discursivos se encontram inclusive sobre o dizer/fazer, conduta explícita pela postura dos regimes autoritários que se sobrepõe ao pensar/agir nos movimentos populares, inseridos no próprio movimento social.

A atitude do dizer/fazer interrompe, quando não "anula" temporariamente o agir dos sujeitos sociais envolvidos na esfera mutante de transformação social, perante o regime e/ou próprio sistema.

Assim todo o comportamento estatal, junto às alianças na sociedade civil, ao mesmo tempo que supre necessidades imediatas, pode conduzir um desvio de atenção aos sujeitos, seja enquanto instituições prestadoras de serviço ou quanto as posições em relação à resolução dos problemas que afetam a vida comunitária. Tal desvio trilha via discurso das dificuldades burocráticas da máquina estatal, ausência de recursos orçamentários, priorização em outras questões sociais, que não levantadas nos palanques eleitorais, negociação em papel, porém sem o compromisso imediato quanto à resolução de reivindicações populares, todas estas são pressões direta ou indiretas expressadas para aniquilar as manifestações coletivas.

Portanto, essa linguagem utilizada pelo conjunto dos aparelhos de estado, deve ser observada, conforme (MACHADO DA SILVA 1989:13) com "...um destaque especial (...) dado às burocracias executivas", que no contexto de negociação íntima o avanço da prática social que prossegue de modo gradual e oxilante.

A forma molecular de ação dos indivíduos e dos grupos populares se faz, em decorrência desses condicionantes sociais no processo histórico.

Afinal, a ruptura para a superação destes condicionantes ocorrem em níveis diferentes e interligados entre si tanto da dinâmica de ação das organizações populares/movimentos sociais enquanto articulação política, quanto da liberação dos participantes, frente suas limitações individuais, em relação a posturas psicológicas como: incerteza, insegurança, receio, medo, agressividade, timidez, vergonha, enfim fatores de origem cultural.

A linguagem forma de comunicação entre as pessoas, facilita ou dificulta a liberação de sua expansão individual, que de maneira ilocucionária (AUSTIN 1990:88-89), emite expressões orais com tino ora acolhedor, ora repressor pela comunicação dos interlocutores entre si.

Tal superação vai ocorrer através dos embates no contexto das relações sociais a nível individual e coletivo. Em qual tanto indivíduos, movimentos sociais, quanto a sociedade buscam uma identidade para si.

Os movimentos sociais, por fazer parte deste contexto social, percorrem hoje pelas mesmas dificuldades da tentativa de pensar uma identidade racional às sociedades complexas, que segundo (HABERMAS 1990:98) "não nos devem induzir a simplesmente abandonar os moldes de identidade do Eu e identidade de grupo, ao nos fornecer ainda motivos suficientes para considerar superado o modelo de identidade que se formou nas grandes civilizações, uma identidade centrada no Estado e articulada em imagens do mundo, mas definida e compacta".

Três pontos de vista (HABERMAS 1990:98-102) caracterizam provisoriamente para "distinguir das identidades de grupo próprio das grandes civilizações, uma nova identidade possível em sociedades complexas, e que seja compatível com estruturas universalistas do EU".



Sendo primeiro – “a nova identidade de uma sociedade supra-estatal não pode ser ligada a um determinado território, nem a uma determinada organização; segundo – “a nova identidade de uma sociedade mundial, que está nascendo, não pode articular-se em imagens do mundo, ainda que suponha validade de uma moral universalista, se quer ser complemento – análogo por estruturas – das identidades pós convencionais do EU, onde essa moral pode ser reconduzida às normas fundamentais do discurso racional, o que virá ao encontro de uma identidade coletiva que é fundada na consciência de oportunidades iguais para participar em processos de aprendizagem criadores de normas e valores”; e terceiro – “a nova identidade de uma sociedade mundial, que é acompanhada pela consciência de ser ainda incompleta, não pode ser orientada retrospectivamente para valores da tradição, mas tampouco pode ser orientada – de modo exclusivamente/ prospectivo – para tarefas planificadoras ou para formas de vida projetadas”.

Este aporte, colocado sob o ponto de vista de Habermas quanto às sociedades complexas nas grandes civilizações, é referência que deve ser suporte para reflexão quanto a busca da identidade seja individual e/ou coletiva, no sentido de contextualização do homem latino em contraste à sociedade pós industrialização nos países desenvolvidos. Cuja concepção desta sociedade, desencadeia teorias a cerca de sua realidade, hoje demonstrada pelo processo de contingência, quanto ao desdobramento social na pós modernidade.

Tais concepções pulverizam o discurso latino, mesclando a onda de interesses na correlação de forças das relações sociais que politicamente permeiam as decisões políticas, seja em esfera micro (individual, organizações populares) ou macro (estatal).

Essa difusão discursiva deveria ser impacto para a compreensão da forma de ação em relação aos: desígnios sócio-econômicos decorrentes da pós industrialização; reflexos impelidos pela pós industrialização, na esfera social, que afetam a vida da humanidade em si, bem como às superestruturas dos países subdesenvolvidos, ou em vida de desenvolvimento. Além de associar os condicionantes, causados pelas superestruturas destes países que diretamente recebem o impacto da industrialização, desencadeados no comportamento social dos sujeitos sociais. Efetivando assim, uma práxis pelo ato da fala em relação ao processo teoria/prática aliada à transformação social a nível político/administrativo, logo em prol da vida humana.

O discurso utilizado tanto pelo Estado, quanto pelos agentes externos aliados aos movimentos e/ou organização subsidiariam a forma de condição de comunicação transpessoal entre os sujeitos sociais.

A problemática levantada em relação a prática discursiva e sua interferência na prática efetiva dos movimentos sociais interage com o avanço do grau de consciência individual e coletivo. Uma vez que nem sempre apropriação discursiva sobre os valores impostos no cotidiano dos sujeitos em confronto traduzem as circunstâncias do “real-fático”.

Tal dicotomia apresentada na argumentação discursiva dos interlocutores nos confrontos sociais, mediatiza condição de subordinação (de subordinação) dos interesses políticos deste ou daquele interlocutor, canalizado pelo discurso ideológico.

A mesclagem do saber formal/científico com o saber popular na América Latina, em primeira instância, bloqueia o entendimento sobre o contexto social dos sujeitos excluídos da esfera societal, retardando um avanço mais acelerado do grau de consciência para as formulações de estratégias que embatem confrontos políticos no meio social. Pois o discurso ideológico veiculado pelo saber formal camufla os interesses políticos apresentados pelos interlocutores, sujeito, dominante, seja o Estado e seus aparelhos, bem como demais agregados participantes da política e nas próprias organizações/movimentos sociais, cuja intensão sobre sua direção política dos interesses populares é difusa.



## BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL

- AUSTIN, J.L. Quando dizer é fazer: Palavras e Ação. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre, Artes Médicas, 1990. 136p.
- CALDERON, Fernando e JELIN, Elizabeth. Classes Sociais e Movimentos Sociais na América Latina: Perspectivas e realidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, Vértice, 2(5):67-85, out. 1987.
- CAMACHO, Daniel. Movimentos Sociais: Algumas discussões conceituais. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE Paulo J. (org). Uma Revolução no Cotidiano? São Paulo, Cortez, 1987, pp. 214-245.
- CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas. 2 ed., São Paulo, Moderna, 1981. 220p.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. Os paradigmas teóricos-metodológicos sobre uma forma de educação popular: os movimentos sociais urbanos. Contexto e Educação, Ijuí. Ed. Unijuf, 1(14): 62-69, abr/jun. 1989.
- Assessoria aos Movimentos Populares: mediações necessárias. São Paulo, 1987. 18p. Mimeo.
- GUTIÉRREZ, Fernando Calderón. Os movimentos sociais frente a crise. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE Paulo J. (org). Uma Revolução no Cotidiano? São Paulo, Cortez, 1987, 191-213.
- HABERMAS, Jurgem. Para a reconstrução do Materialismo Histórico. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2 ed., São Paulo, Brasiliense, 1990. 247p.
- JACOBI, Pedro Roberto. Movimentos Sociais: Teoria e Prática em questão. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (org). Uma Revolução no Cotidiano? São Paulo, Cortez, 1987, pp 246-75.
- KARNER, Harmut. Movimentos Sociais: revolução no cotidiano. In: SCHERER-WARREN, Ilse e Krischke, Paulo J. (org). Uma Revolução no Cotidiano? São Paulo, Cortez, 1987, pp. 19-34.
- KRISCHKE, Paulo J. Movimentos Sociais e transição política: Contribuições da democracia de base. In: SCHERE-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (org). Uma Revolução no Cotidiano? São Paulo, Cortez, 1987, pp. 19-34.
- KRISCHKE, Paulo J. Movimentos Sociais e transição política: Contribuições da democracia de base. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (org). Uma Revolução no Cotidiano? São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 276-97.
- LA CRUZ, Rafael de. Os movimentos sociais: encontros e desencontros com a democracia. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (org). Uma Revolução no Cotidiano? São Paulo, Brasiliense, pp. 86.101.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Política, Cotidiano e Violência Urbana: breve memória. XII Reunião Anual da AMPCS. Caxambú, 1989. 15p.

- MARIETTI-KRAMER, Angele. Introdução ao Pensamento de Michel Foucault. Zahar, Rio de Janeiro, 1977.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do Movimentos Sociais e Educação Popular. Cadernos ABESS. São Paulo, 2:29-43, out, 1988.
- PLASTINO, Carlos Alberto. As relações internacionais e a dívida externa. Cadernos ABESS. São Paulo, 2:20-28, out, 1988.
- PADOSSETNIK, Vasili e SPIRKINE, Alezandr. Rudimentos do Materialismo Histórico. Cadernos de Iniciação ao Marxismo Leninismo; Lisboa, Ed. Avante", nº 7, Jul. 1975. 151p.
- SADER, Eder. A Prática Social e Prática Político-Partidária. In: A Prática do Serviço Social em Questão. Espírito Santo, UFES, (Col. Conferências e debates da VIII Semana de Serviço Social), pp. 55-73.
- . Movimentos Sociais: notas para um debate. Cadernos ABESS, São Paulo, Cortez, 2:44-56, out, 1988.
- SADER, Emir. Estado e Movimentos Sociais na América Latina. Caderno ABESS, São Paulo, Cortez, 2:5-19, out, 1988.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos Sociais: Um ensaio de interpretação sociológica. 2 ed., Ed. da UFSC, 1987.150p.
- . O caráter dos Novos Movimentos Sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (org). Uma Revolução no Cotidiano? São Paulo, Brasiliense, 1987, pp 35-53.
- SERRA, Rose Mary Souza e CEZAR, Ana Maria Doimo. A prática do Serviço Social e os Movimentos Sociais. In: A prática do Serviço Social em Questão. Espírito Santo, UFES, (Col. de Conferências e Debates da VIII Semana de Serviço Social), pp 75-116
- SOUZA, João Francisco de. A produção do Conhecimento na Educação Popular. Cadernos ABESS, São Paulo, Cortez, 2:68-80, out, 1988.
- TELLES, Vera da Silva. Movimentos Sociais: reflexos sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (org). Uma Revolução no Cotidiano? São Paulo, Brasiliense, 1987, pp 54-85.
- VIOLA, Eduardo e MAINQARING, Scott. Novos Movimentos: Cultura Política e democracia - Brasil e Argentina. In: SCHERRER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (org) Uma Revolução no Cotidiano? São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 102-88.